



www.LeisMunicipais.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1.058/2007, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007.

**"Cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Nobres, dispõe sobre a política de assistência ao idoso e dá outras providências."**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOBRES.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, de caráter público permanente, paritário e deliberativo e com a competência de formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política social do idoso, com vínculo administrativo financeiro à Secretaria Municipal de Promoção e Bem Estar Social, sem fins lucrativos.

**Art. 2º** Sem prejuízos das funções do Poder Legislativo e Executivo, são competências do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Nobres, mediante as seguintes atribuições:

I - formular diretrizes para o desenvolvimento das atividades de proteção e assistência que o Município de deve prestar aos idosos, nas áreas de sua competência;

II - propor estudos que visem garantir ou ampliar os direitos dos idosos, eliminando toda e qualquer disposição discriminatória;

III - assegurar ao idoso sua cidadania e seu bem-estar na família e na comunidade;

IV - incrementar a organização e a mobilização da comunidade idosa;

V - sugerir, estimular e apoiar a elaboração e o desenvolvimento de projetos e atividades que tenham em mira a participação dos idosos em todos os níveis de atividades compatíveis com sua condição;

VI - zelar pelo cumprimento da legislação relativa aos direitos dos idosos;

VII - promover a integração do idoso no contexto social;

VIII - apoiar realizações concernentes aos idosos, promover entendimentos e intercâmbios, em todos os níveis, com organizações afins;

IX - examinar e dar encaminhamento a assuntos que envolvem problemas relacionados aos idosos;

X - fiscalizar as entidades que recebem dotações ou auxílios originários dos cofres públicos;

XI - elaborar o seu Regimento Interno.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

**Art. 3º** O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será composto por 6 (seis) membros, estes sem limite de idade, sendo 03 (três) representantes do Poder Público, 03 (três) representantes de organizações da sociedade civil, que se dediquem aos trabalhos com idosos.

§ 1º Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas de comprovada atuação na defesa dos direitos dos idosos.

§ 2º Os representantes da sociedade civil deverão ser indicados e eleitos pela Entidade que representa.

§ 3º A designação dos membros do Conselho compreenderá a um respectivo suplente.

§ 4º Os membros do Conselho e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução quantas vezes necessárias e a Assembléias Geral decidir.

§ 5º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas de interesse público relevante.

§ 6º A nomeação e posse dos membros efetivos e suplentes do Conselho serão feitas através de ato do Prefeito Municipal, respeitada a origem das representações.

**Art. 4º** O Conselho Municipal do Idoso, será composto por representantes de órgãos públicos, entidades privadas e grupos de idosos, será presidido por Conselheiro eleito dentre os titulares.

**Art. 5º** O Conselho Deliberativo, órgão com função deliberativa do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, será constituído por representantes, titular e suplente, indicados pelas seguintes instituições:

### I - Representantes de Órgãos Públicos

- a) 02 representantes da Secretaria Municipal de Promoção e Bem-estar Social
- b) 02 representantes da Secretaria Municipal da Saúde;
- c) 02 representantes da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

### II - representantes de Entidades Privadas

- a) 02 representantes da Associação dos Idosos do Município;
- b) 02 representantes da Associação Espírita Seara e Luz;
- c) 02 representantes da APAE.

**Art. 6º** O Conselho será dirigido por uma diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, eleitos dentre seus integrantes, logo após a posse.

Parágrafo único. Os representantes do núcleo de organização do Conselho perderão seu mandato quando substituídos no Conselho por outros representantes.

**Art. 7º** Os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos caso faltem sem motivo justificado á três reuniões consecutivas ou em quatro reuniões intercaladas no período de um ano.

### CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

**Art. 8º** O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá seu funcionamento regido pelo seguinte:

I - o órgão máximo de deliberação é a Assembléia;

II - as reuniões ou assembléias plenárias realizadas ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou requerimento da maioria de seus membros;

III - para a realização das reuniões plenárias o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso deverá normalizar a forma de convocação bem como o quorum mínimo dos conselheiros;

IV - cada conselheiro terá direito a um voto sendo vedada a dupla representatividade;

V - as decisões do conselho serão substanciadas em resoluções;

**Art. 9º** A Secretaria Municipal de Ação Social deverá viabilizar área de espaço físico para as reuniões do Conselho, bem como dar suporte administrativo, constituindo-se no elo entre a Administração Municipal e o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

**Art. 10.** Para melhor desempenho de suas funções o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso poderá recorrer a pessoas ou entidades com finalidade de assessoria técnica.

Parágrafo único. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

**Art. 11.** As reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso deverão ter ampla divulgação e acesso assegurado á população.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, bem como os temas tratados em plenário e reuniões de diretoria deverão ser amplamente divulgadas.

**Art. 12.** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, mediante autorização legislativa.

**Art. 13.** O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 14.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nobres/MT, 10 de Dezembro de 2007.

FLÁVIO DALMOLIN  
Prefeito Municipal

